



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

**BOLETIM
INFORMATIVO CEVID**

Edição nº10 *2022*

MENSAGEM INICIAL

A presente publicação corresponde à segunda edição relativa ao ano de 2022 do Boletim Informativo da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. As ações a seguir apresentadas referem-se ao período de abril a junho, abrangendo as principais iniciativas de enfrentamento da violência contra a mulher em nível estadual e nacional, empreendidas por esta Coordenadoria ou das quais esta CEVID participou.

Dentre as ações promovidas, ressalta-se a realização, nos dias 8 e 9 de junho, do I Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), o qual foi criado com o intuito de propiciar, aos profissionais que atuam nesses casos, espaço permanente de reflexão e debate sobre questões de interesse e relevância para o exercício de suas atividades, contribuindo, assim, para a qualificação dos atendimentos. Esta primeira edição ocorreu em formato híbrido – no Auditório do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com transmissão pela plataforma Youtube – e teve como tema central “Desafios da aplicação da Lei nº 14.188/2021 de tipificação penal da violência psicológica contra a mulher”.

Ademais, na ocasião, houve o lançamento da terceira edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR, publicação destinada à divulgação de projetos, boas práticas, artigos científicos, entre outros materiais com conteúdos relacionados à violência contra a mulher e à igualdade de gênero, produzidos e/ou protagonizados por profissionais e pesquisadores(as) da área.

Vale destacar ainda a implementação de estudo para o Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – LAPSIVID, iniciada no mês de maio. Trata-se de dez programas interdependentes de atuação prática em psicologia e serviço social, a serem promovidos pela equipe da CEVID/TJPR junto as equipes multidisciplinares dos juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo como objetivo a pesquisa, o desenvolvimento, a construção, a parametrização e a aplicação de práticas inovadoras nessa área, bem como a produção – ao final do projeto – de um guia com parâmetros de atuação em psicologia e serviço social em violência doméstica e familiar no TJPR.

Dessa forma, por meio da atuação em distintas esferas – preventiva, assistencial e jurisdicional –, conjuntamente com os demais órgãos da rede de atendimento, o TJPR e a CEVID envidam esforços no intuito de promover o acesso à Justiça e garantir a disponibilização, em todo o Estado do Paraná, de atendimento integral e especializado a todos os envolvidos em situações de violência doméstica, bem como contribuir para a redução dos índices dos crimes dessa natureza.

Isto posto, agradecemos o apoio oferecido a esta Coordenadoria por toda a Cúpula do TJPR, pelos Magistrados/as, servidores/as e pelos órgãos parceiros no enfrentamento à violência contra a mulher e colocamo-nos à disposição para o que se faça necessário.

Cordialmente,

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

*Coordenadora Estadual da Mulher em
Situação de Violência Doméstica e Familiar.*

SUMÁRIO

ABRIL 2022:

APROVADA PELA SEED A DIVULGAÇÃO DE CARTILHA ELABORADA PELA CEVID/TJPR AO PÚBLICO ADOLESCENTE.....8

CEVID/TJPR REALIZA ENTREGA DE MATERIAIS DE HIGIENE ARRECADADOS PARA CAMPANHA DE COMBATE À POBREZA MENS-TRUAL EM PROL DA SAÚDE DA MULHER.....11

CEVID/TJPR INICIA ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS UNIVERSIDADES.....13

MAIO 2022:

INICIADO O ESTUDO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSO-CIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (PSICOLAB VD).....16

CEVID/TJPR E CEMSU FIRMAM PARCERIA PARA REALIZAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CURITIBA.....20

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO NA UNIBRASIL.....	20
--	----

JUNHO 2022:

PROMOVIDO O I FÓRUM PARANAENSE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FOVID/PR).....	23
--	----

LANÇADA A 3ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR	28
---	----

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA PARA ALUNOS(AS) DA UNICURITIBA.....	31
---	----

CEVID/TJPR PARTICIPA DE REUNIÃO DO COLÉGIO DE COORDENADORES DA MULHER (COCEVID).....	32
--	----

ABRIL
2022

APROVADA PELA SEED A DIVULGAÇÃO DE CARTILHA ELABORADA PELA CEVID/ TJPR AO PÚBLICO ADOLESCENTE

No dia 6 de abril de 2021, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço participou de reunião com o Secretário Estadual de Educação, Renato Feder. A pauta consistiu em iniciativas referentes à aplicação da Lei nº 14.164/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.



Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço apresentou cartilha sobre a Lei Maria da Penha, elaborada pela CEVID/TJPR, para distribuição em escolas, direcionada a adolescentes. Ainda, colocou a CEVID/TJPR à disposição para auxiliar na elaboração de materiais informativos, realização de eventos e campanhas relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher junto às escolas e estruturação de cursos formativos sobre gênero e direitos humanos para professores(as), entre outras ações relacionadas.



A equipe de Currículo da Secretaria Estadual de Educação, após análise técnica pedagógica, aprovou uso da cartilha disponibilizada pela CEVID/TJPR, ressaltando que utilizará o documento como referência, bem como outros materiais produzidos pelo TJPR em suas redes, na elaboração dos conteúdos dos materiais didáticos da instituição. Também, a equipe relatou que já foram elaboradas e disponibilizadas aulas com foco na temática do combate à violência contra a mulher, não apenas em um componente, mas de maneira transversal, em todas as áreas contempladas na matriz curricular, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Além disso, os professores da rede receberão formação continuada, viabilizada pelos programas da SEED que promovem a discussão sobre como contemplar a temática em sala de aula, possibilitando a reflexão e criação de propostas preventivas que garantam a segurança e o respeito às mulheres, em consonância com os objetivos preconizados na Lei nº 14.164/2021.

Link de acesso à cartilha:

<https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/55369057/Cartilha+Adolescentes.pdf/0dd44ec5-bed3-055e-d738-491a893d74c9>

CEVID/TJPR REALIZA ENTREGA DE MATERIAIS DE HIGIENE ARRECADADOS PARA CAMPANHA DE COMBATE À POBREZA MENSTRUAL EM PROL DA SAÚDE DA MULHER

No dia 27 de abril, a CEVID/TJPR realizou a entrega dos materiais de higiene doados para campanha de combate à pobreza menstrual em prol da Saúde da Mulher. Foram mais de 5 mil itens arrecadados, entre absorventes, toalhas umedecidas, sabonetes, sabonetes íntimos, desodorantes, creme dental, escovas de dente e outros materiais.



A campanha, lançada no dia 8 de março, foi uma parceria entre a CEVID/TJPR e o Grupo Elos Invisíveis, grupo de voluntários que promove ações em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade social, atuando em Curitiba, na região metropolitana e no litoral. O material foi arrecadado na entrada do Palácio da Justiça e no Prédio Anexo, durante todo o mês de março.

Estiveram presentes na entrega a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, acompanhada da equipe da CEVID, a Coordenadora do Grupo de Voluntários Elos Invisíveis Viviane Vicentin, a Secretária do Tribunal Mariana Brandão, a integrante do grupo de Voluntários Elos Invisíveis e servidora deste Tribunal Larissa Maciel, bem como os representantes da ginástica laboral Rafael Macedo e Daniele Nascimento.

A CEVID agradece a todos os que colaboraram com a campanha através de doações e divulgação, em especial, a equipe da ginástica laboral, a qual realizou grande mobilização e contribuição. A entrega dos materiais arrecadados será feita pela Elos Invisíveis em comunidades carentes.

CEVID/TJPR INICIA ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS UNIVERSIDADES

Em abril de 2022, a CEVID/TJPR iniciou estudo com a finalidade de incentivar e viabilizar programas de extensão profissional/estágio supervisionado, relativos aos cursos de Direito e de Psicologia, nas universidades e faculdades do Estado do Paraná, na área da violência doméstica e familiar contra a mulher. O projeto pretende, por meio da parceria com instituições de ensino, proporcionar acesso à assistência judiciária gratuita por pessoas que não possuem recursos financeiros para esse fim.

Com o intuito de nortear as atividades a serem desenvolvidas e os objetivos específicos a serem atingidos por meio da ação, a CEVID solicitou a cooperação dos Magistrados e das Magistradas atuantes na área da violência contra a mulher, a fim de determinar as maiores dificuldades ou situações deficitárias para que seja efetivado o atendimento jurídico às vítimas.

A Coordenadoria também principiou o diálogo com algumas universidades, para o compartilhamento de infor-

mações, sugestões e estratégias voltadas a garantir a efetividade do projeto, visando compatibilizar as necessidades dos(as) estudantes e as demandas dos(as) jurisdicionados(as).

A extensão universitária tem a finalidade de proporcionar ao estudante aquele conhecimento que apenas é possível por meio da experiência, no momento em que o aluno coloca em prática o que foi ensinado em sala de aula. Além disso, tais projetos permitem ao discente melhor aplicar a interdisciplinaridade, pois ocorre a utilização de diferentes metodologias, disciplinas e atividades profissionais na resolução de problemas sociais. Dessa forma, os projetos de extensão consistem em uma ferramenta de extrema importância na formação universitária, pois possibilita que o aluno participe ativamente no processo de aprendizagem, por meio da interação e do diálogo com outros estudantes e também com a comunidade, contribuindo para transformar a realidade social na qual está inserido.

Por outro lado, a parceria mediante convênio é uma forma de colaboração mútua pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente, favorecendo, ainda, uma abordagem dos assuntos sociais de forma técnica e organizada. Desse modo, trata-se de uma medida de interesse para a administração pública, auxiliando na melhoria da prestação jurisdicional e, inclusive, possibilitando o atendimento a demandas que ultrapassam as atribuições e competências do Judiciário.

O projeto será levado para análise em reunião mensal da Coordenadoria em data próxima e deve ser divulgado de forma ampla por ocasião da próxima semana da Paz em Casa.

MAIO
2022

INICIADO O ESTUDO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (PSICOLAB VD)

Está em fase inicial de desenvolvimento e implementação, pela CEVID/TJPR, o Laboratório de Práticas Psicossociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PSICOLAB VD). Trata-se de um programa coordenado pela CEVID que engloba os eixos psicossocial, jurídico e pedagógico, objetivando a pesquisa, o desenvolvimento, a construção, parametrização e aplicação de práticas inovadoras em violência doméstica, por meio da atuação prática e experimental/laboratorial.

A ação engloba dez programas interdependentes, envolvendo intervenções nos Juizados de violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Casa da Mulher Brasileira e nos Tribunais do Júri, como também parceria com a Escola Judicial do Paraná para capacitação permanente em perspectiva de gênero e atuação em violência doméstica e familiar contra a mulher para os profissionais do TJPR, da Rede de Proteção e do sistema de Cadastro de Auxiliares da Justiça (CAJU).

Em maio, a CEVID iniciou as atividades no 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, com o intuito de incorporar a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) durante o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, sugerindo possibilidades de intervenção e encaminhamento com base nos dados coletados na aplicação do FNAR e da ocorrência registrada.

Outra ação do projeto em andamento refere-se ao estudo das demandas de interseção entre a violência doméstica e as causas da infância e juventude, a fim de desenvolver parâmetros e técnicas específicas para o acolhimento dessas demandas, como também de aplicar novas práticas de encaminhamentos à rede de proteção.

Ao final dos trabalhos relativos ao PSICOLAB, pretende-se a elaboração de Guia com Parâmetros de atuação em Psicologia e Serviço Social em Violência Doméstica e Familiar no TJPR, visando contribuir para a efetividade e padronização de procedimentos em nível estadual.

CEVID/TJPR E CEMSU FIRMAM PARCERIA PARA REALIZAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CURITIBA

Em maio de 2022, a Presidência do TJPR autorizou a ampliação da equipe da Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU) do Fórum Criminal de Curitiba, com a concessão de uma vaga de estágio de pós-graduação e uma de graduação, a fim de estruturar a CEMSU para atuar na realização de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A iniciativa consiste em um projeto-piloto, a ser desenvolvido no 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, sob orientação e gestão do Setor Psicossocial da CEVID/TJPR e do Magistrado atuante na Vara, Dr. Lourenço Cristovão Chemim.

A Coordenadoria será responsável — juntamente com a Escola Judicial do Paraná (EJUD) — pela capacitação da equipe da CEMSU —, bem como por acompanhar e auxiliar a supervisão dos(as) estagiários(as) atuantes no projeto, juntamente com a psicóloga responsável no referido Juizado.

Os Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher englobam dinâmicas e atividades estruturadas com o intuito de promover a reflexão e conscientização do ofensor quanto à sua responsabilidade como autor da violência, bem como a mudança de comportamentos e atitudes.

A participação de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher em programas de recuperação e reeducação está prevista no art. 22, VI, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), como uma das medidas protetivas de urgência direcionadas ao ofensor, bem como nos arts. 35, V, e 45 da mencionada lei.

Ainda, esses programas contam com o amparo da Lei Estadual nº 20.318/2020 do Estado do Paraná, que normatiza o funcionamento de Grupos de Reeducação de Autores de Violência Doméstica no Paraná e cria diretrizes específicas para o funcionamento dos Grupos, objetivando padronizar, com respaldo técnico comprovado, a reflexão e reeducação desses homens.

A Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU) — desenvolvida por meio da 2ª Vice-Presidência do TJPR — é responsável pela gestão da política de alternativas penais do Judiciário, sob o enfoque das práticas restaurativas e do acompanhamento em rede.

A atuação desse órgão na aplicação dos grupos reflexivos permitirá ampliar a participação dos homens autores de violência doméstica no programa, tendo em vista o elevado número de processos em trâmite e a agilidade que esses casos exigem.

Desse modo, a parceria firmada terá papel crucial no sentido de minimizar os riscos à mulher em situação de violência doméstica e familiar e a eventuais dependentes, como também de prevenir crimes dessa natureza.



Link de acesso ao Guia de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, elaborado pela CEVID/TJPR:

<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/guias-grupos-reflexivos>

COORDENADORA DA CEVID/ TJPR PARTICIPA DE EVENTO NA UNIBRASIL

No dia 30 de maio, às 19h, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, proferiu palestra sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, em evento promovido pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil), por meio do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) e do Curso de Direito daquela instituição.

A iniciativa foi voltada a mestrandos e doutorandos do PPGD UniBrasil, Graduandos em Direito, Psicologia, Pedagogia e demais convidados.

Na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia apresentou a composição e as principais atividades desenvolvidas pela CEVID e pelo TJPR, destinadas à concretização da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher, incluindo capacitações, campanhas e eventos de sensibilização, publicações e parcerias interinstitucionais para implementação de políticas públicas na área. Ainda, discorreu acerca de conceitos relacionados ao tema, tais como formas de violência doméstica, ciclo da violência e medidas protetivas de urgência, como também sobre os serviços especializados de proteção e assistência aos envolvidos.

A ação realizada em conjunto com o UniBrasil vem ao encontro dos objetivos estabelecidos pela atual gestão da CEVID/TJPR, no sentido de fortalecer e ampliar as parcerias com instituições de ensino, para prestação de serviços de ordem jurídica e psicossocial aos(as) jurisdicionados(as), realização de eventos direcionados a acadêmicos e à população em geral e incentivo a pesquisas e produções científicas relacionadas às temáticas da igualdade de gênero e da violência doméstica e familiar contra a mulher.

JUNHO
2022

PROMOVIDO O I FÓRUM PARANAENSE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FOVID/PR)

Nos dias 8 e 9 de junho de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), promoveu o I Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID/PR), com o tema: *“Desafios da aplicação da Lei nº 14.188/2021 de tipificação penal da violência psicológica contra a mulher”*. O evento contou com o apoio da Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR) e patrocínio da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) e da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR).

A iniciativa tem como objetivo proporcionar espaço permanente de reflexão e debate sobre temáticas de interesse e relevância para o trabalho dos(as) profissionais que atendem aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, no contexto específico do Estado do Paraná.

O Fórum ocorreu em formato híbrido, no Auditório do Pleno do TJPR, em Curitiba, com transmissão pelo canal oficial da Escola Judicial do Paraná (EJUD) no Youtube. Na ocasião, foram arrecadados, na entrada do evento, itens de higiene pessoal para doação (absorventes, sabonetes, lenços umedecidos, dentre outros), em prol de campanha pelo combate à pobreza menstrual promovida pela CEVID.

Estiveram presentes, prestigiando o evento, Juízes(as), Desembargadores(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Judiciário, bem como membros e servidores(as) dos demais entes que integram o Sistema de Justiça e a rede de atenção à mulher em situação de violência. As atividades realizadas durante os dois dias do Fórum tiveram o intuito de compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei 11.340/2006 e à Lei nº 14.188/2021, mediante a elaboração de enunciados e proposições a serem encaminhados ao Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID).

Na cerimônia de abertura do FÓVID/PR, foram proferidos discursos pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; pelo Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Doutor Jederson Suzin; e pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto. Também houve apresentação cultural pelo Quarteto de Cordas da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.



Em seguida, foi realizada a palestra inaugural, que teve como tema “Violência psicológica contra a mulher na perspectiva da Criminologia” e foi conduzida pelo Professor Doutor Juares Cirino dos Santos, advogado criminal e Presidente do Instituto de Criminologia e Política Criminal – ICPC, contando ainda com a participação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Desembargador José Laurindo de Souza Netto, na qualidade de Presidente de Mesa, e, como Convidados Especiais, do Juiz de Direito Vice-Coordenador da CEVID Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo e da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço.

Após, foi apresentado o primeiro painel, com o tema “Gênero, feminismos e direitos humanos das mulheres”, integrado pela Palestrante Doutora Laís Gorski, consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no Programa Fazendo Justiça e pesquisadora nas áreas de Sociologia Jurídica, Criminologia, Garantismo Penal e Política sobre Drogas; pelo Juiz de Direito Augusto Gluszczak Junior, como Presidente de Mesa; e pelos Convidados Especiais Doutor Victor Martim Batschke, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, e Senhora Gléri Bahia Mangger, Assessora Técnica de Políticas Públicas para Mulheres da Prefeitura de Curitiba.

No período da tarde, foram promovidos dois painéis. O primeiro teve como tema “Violência psicológica: Dano psíquico e o crime de lesão corporal”, apresentado pela Doutora Ana Luísa Schimidt Ramos, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tendo como Presidente de Mesa, o Juiz de Direito Doutor Eldom Stevem Barbosa dos Santos e, como Convidados Especiais, o Desembargador Clayton de Albuquerque Maranhão e o Juiz de Direito Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias. O segundo painel, com o tema “Lei n. 14.188/21: desafios do Judiciário na criação do tipo de violência psicológica contra a mulher”, que teve como

Palestrante a Doutora Valéria Diez Scarance Fernandes, Promotora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo e Professora de Processo Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; como Presidente de Mesa, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço; e, como Convidados Especiais, a Desembargadora Priscilla Placha Sá, o Juiz de Direito Vice-Coordenador da CEVID Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo e a Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR) Senhora Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia.

No segundo dia do Fórum, pela manhã, houve o lançamento oficial da terceira edição da Revista Eletrônica da CEVID, a qual consiste em um espaço para que pesquisadores e estudiosos da área de violência doméstica e familiar divulguem suas produções, como também para a divulgação de boas práticas promovidas por Magistrados(as) e servidores(as) e a apresentação de políticas públicas desenvolvidas e executadas por profissionais da rede de enfrentamento.

Compuseram a mesa principal para a cerimônia de lançamento e proferiram fala a Coordenadora da CEVID Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, o Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau Doutor Victor Martim Batschke e a Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico, integrando também a mesa principal o Juiz de Direito Doutor Augusto Gluszczyk Junior — todos(as) Magistrados(as) membros da CEVID. Na sequência, foi apresentado o quarto painel, composto pelos seguintes integrantes: como Palestrante, o Psicanalista e Antropólogo Doutor Célio Pinheiro; como Presidente de Mesa, a Juíza de Direito Doutora Márcia Guimarães Marques; e, como Convidadas Especiais, a Assistente Social Bruna Woinorvski de Miranda e a Magistrada Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral.

No período da tarde, foram realizadas oficinas temáticas, voltadas aos(as) Magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com o intuito de elaborar proposições, recomendações e enunciados a serem encaminhados à Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID) de 2022. As oficinas foram assim coordenadas e secretariadas, respectivamente:

1. Cível, Criminal e Aspectos Legislativos: Coordenadores(as): Doutora Tais de Paula Scheer, Juíza na Comarca de Curitiba; Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador da CEVID/TJPR e Juiz na Comarca de Almirante Tamandaré; e Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz na Comarca de Foz do Iguaçu. Secretários(as): Doutora Paula Priscila Candéo, Juíza de Direito no Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; e Doutora Márcia Guimarães Marques, Juíza de Direito na Comarca de Londrina.

2. Equipes Multidisciplinares: Coordenador: Doutor Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Juiz na Comarca de Paraíso do Norte. Secretária: Doutora Débora Cassiano Redmond, Juíza de Direito no Foro Regional de Araucária na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. A oficina com a temática de Equipes Multidisciplinares também contou com participantes, restritos ao público interno, por meio da plataforma Teams.

Em seguida, encerrando os trabalhos, foi promovida a Assembleia Geral, para votação dos enunciados, proposições e recomendações, a serem encaminhados à Cúpula Diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID), como também ao Governo do Estado do Paraná.

Na oportunidade, foi aprovada, por unanimidade, moção à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para que o FÓVID/PR seja tornado permanente e realizado anualmente como espaço de discussão e aperfeiçoamento profissional.

Link de acesso à página web oficial do I FÓVID/PR:
<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/fovid-2022>

LANÇADA A 3ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR

No dia 9 de junho, durante o I Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FÓVID/PR), foi lançada a terceira edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR. A publicação foi criada com o intuito de proporcionar um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções.

Ainda, tem como objetivo possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de Magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) do Judiciário, bem como de profissionais da Rede de Enfrentamento, quanto as políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas.

Estiveram presentes na mesa de honra para a cerimônia de lançamento a Coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço; o Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau Doutor Victor Martim Batschke; a Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico; e o Juiz de Direito Doutor Augusto Gluszczyk Junior — todos(as) Magistrados(as) membros da CEVID.

A Revista Eletrônica da CEVID teve sua primeira edição lançada no dia 17 de agosto de 2021 e contou com a participação de membros, servidores(as) e colaboradores(as) do Judiciário paranaense, bem como de outros entes da rede de atendimento em âmbito estadual, além de entrevista com o Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto.

Na segunda edição da revista, lançada no dia 25 de novembro de 2021, em comemoração aos dez anos de existência da CEVID do TJPR, além da veiculação de artigos e projetos, foi apresentada entrevista concedida pela Juíza de Direito Dra. Zilda Romero, Magistrada então integrante da CEVID/TJPR e atuante, à época, desde 2010, no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Londrina. Ademais, foi incluído breve relato histórico — elaborado por servidoras da Coordenadoria, em que foram descritos os principais feitos, metas, desafios e acontecimentos de maior relevância ao longo da trajetória da CEVID.

Nesta terceira edição, o espaço dedicado a entrevistas conta com a participação da Desembargadora Lenice Bodstein, que coordenou a CEVID entre 2017 e 2019 e hoje atua junto à 11ª Câmara Cível.

Na oportunidade, a Desembargadora aborda, além de sua experiência frente à Coordenadoria, outras questões relacionadas à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino, tais como: a evolução no tratamento dispensado à mulher inserida no mercado de trabalho e no âmbito do Judiciário; a participação das mulheres na política e em cargos de direção; a relação entre as áreas do Direito de Família e da Violência Doméstica; e a aplicação do protocolo de julgamento com perspectiva de gênero dentro do TJPR

As demais seções reúnem diversos materiais elaborados tanto sob a ênfase de experiências práticas e abordagens feitas na rotina do atendimento a tais casos quanto artigos teóricos, redigidos em caráter de conteúdo disciplinar nas atividades acadêmicas de seus(uas) respectivos(as) autores(as). Ainda, englobam projetos que contemplam a atuação profissional perante os setores especializados de atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito do Sistema de Justiça e dos núcleos especializados de atendimento às vítimas, especialmente quanto a atuação multidisciplinar nas áreas de Psicologia e Serviço Social.

Link de acesso à revista:

<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revistas>

COORDENADORA DA CEVID/ TJPR PROFERE PALESTRA PARA ALUNOS(AS) DA UNICURITIBA

No dia 15 de junho, às 18h, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, proferiu palestra sobre o funcionamento da Coordenadoria, voltada a alunos(as) de Direito e Psicologia do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba).

Na oportunidade, a Desembargadora apresentou a composição e as principais atividades desenvolvidas pela CEVID e pelo TJPR, destinadas à concretização da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher, incluindo capacitações, campanhas e eventos de sensibilização, publicações e parcerias interinstitucionais para implementação de políticas públicas na área.

Ainda, discorreu acerca dos serviços de proteção e assistência ofertados pelos órgãos que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

A iniciativa realizada está em consonância com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Paraná para o período de 2021 a 2026, no que se refere ao fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade, com o intuito de ampliar a divulgação de serviços e o acesso à Justiça pela população.

Ademais, a CEVID/TJPR tem como um de seus objetivos, por meio de parcerias com universidades, estimular a produção de pesquisas científicas como eixo estruturante das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Verifica-se que esse tipo de violência continua apresentando níveis alarmantes e escalas crescentes de gravidade, sem que haja, muitas vezes, informações suficientes para avaliar em que aspectos as políticas e leis podem ser aprimoradas.

Nesse sentido, é de suma importância a colaboração das universidades, assim como das Escolas Judiciais, no planejamento e implementação dessas políticas, por meio da elaboração de diagnósticos, desenho de indicadores para monitoramento e avaliação, fundamentados em evidências robustas e elaboradas com base em metodologias cientificamente testadas, replicáveis e acessíveis.

CEVID/TJPR PARTICIPA DE REUNIÃO DO COLÉGIO DE COORDENADORES DA MULHER (COCEVID)

No dia 22 de junho de 2022, a Coordenadora da CEVID/TJPR, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, participou de reunião ordinária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), realizada por meio de videoconferência.

Na ocasião, foram tratadas as ações do Colégio referentes à construção de hotsite, gerenciamento de redes sociais (Instagram) e apresentação do Plano Instrucional de Capacitação, Gestão, Multiplicação e Facilitação de Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência Doméstica para Magistrados e Servidores, desenvolvido em atendimento à Recomendação nº 124/2022 CNJ, dentre outras questões de interesse. Em um segundo momento, a reunião ainda contou com a participação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, e da Diretora do Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Grace Justa, a fim de tratar de medidas para a consolidação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, bem como para normatização nacional do policiamento preventivo em violência doméstica.

Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço apresentou proposições referentes à captação de recursos para execução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, com base na Lei nº 14.316/2022 — que prevê a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher — e no Projeto de Lei 4251/21 — que institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER) e prevê incentivos fiscais a pessoas e empresas que efetuem doações ao programa.

O COCEVID foi criado em 2018, por deliberação tomada em reunião realizada na sede do Conselho Nacional de Justiça, com participação de Coordenadores(as) Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica dos Tribunais de Justiça de todo o país.

A iniciativa tem como principal objetivo o fortalecimento e aperfeiçoamento da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário. Para tanto, visa estimular seus integrantes mediante a troca de experiências e conhecimento, além de uniformizar os métodos e os critérios administrativos e judiciais, bem como os projetos e práticas implementados, observadas as peculiaridades regionais.

A Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022 tem como Presidente a Desembargadora do TJMG Paula Cunha e Silva e, como Vice-Presidente, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço (TJPR), contando ainda com os seguintes membros: como 1ª Secretária, a Juíza Teresa Germana Lopes Azevedo (TJCE); como 2ª Secretária, a Juíza Rosa Geane Nascimento Santos (TJSE); como Tesoureiro, o Desembargador Álvaro Kalix Ferro (TJRO); como Suplente-1ª Secretária, a Juíza Tais Culau de Barros (TJRS); e como Suplente-2ª Secretária, a Juíza Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio (TJPI).

